Museu Histórico Nacional, Pátio de Santiago, c. 1950.

1972: O PRESENTE RECRUTA O PASSADO

O Museu Histórico Nacional e as comemorações em torno do Sesquicentenário da Independência

Talita Veloso Cerveira *

A participação do Museu Histórico Nacional nas comemorações dos 150 anos de independência política do Brasil, realizadas em 1972, remete-nos à análise de alguns importantes detalhes de sua organização, os quais podem demonstrar como esta instituição participou das celebrações. Nosso objetivo é estudar o caráter desse evento a partir da inserção do Museu Histórico Nacional na organização das atividades comemorativas, refletidas, sobretudo, na montagem da exposição histórica nacional que teve lugar em algumas das principais capitais do país.

Entre 1972 e 1973, foi organizado um calendário de celebrações. Entre os diversos eventos propostos pelos órgãos públicos federais constava a elaboração da exposição intitulada "Memória da Independência 1808-1825". Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Porto Alegre e Brasília foram palco para a apresentação do evento elaborado sob a supervisão do governo militar.

O estabelecimento de datas comemorativas e a organização de uma exposição nunca são acontecimentos desprovidos de sentido. A celebração não tratou apenas de lembrar o Império, mas, a partir de uma proposta mais abrangente, comemorar parte da própria história do Brasil, que seria então recontada. Justificada pelo valor que se deve atribuir ao passado, as comemorações como incentivadoras da recordação e, portanto, implementando a memória social, expressam um esforço de recontar e transmitir a História através de símbolos e por intermédio de meios de difusão pública. Uma exposição museológica é o espaço privilegiado para tais ações, das quais se destaca a transformação de monumentos em documentos.

---

* Historiadora. Assistente de pesquisa, Centro de Referência Luso-Brasileira, Museu Histórico Nacional.

Sobre essa relação entre monumentos e documentos, afirma Jacques Le Goff:

> [...]*o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado, os historiadores.*
> *Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.*[1]

As comemorações do Sesquicentenário possibilitam a obtenção de informações muito mais sobre a constituição de um tipo de memória – e, por isso, sobre o imaginário do grupo que a organizou – que sobre o fato histórico celebrado em si. A celebração política e nacional de culto à memória, que em 1972 lembrava 1822, possuía entre seus principais objetivos a mobilização dos indivíduos para a rememoração de um fato histórico essencial, segundo o entendimento dos governantes da época e da população sobre a nação que, naquele momento, modernizava-se e desenvolvia-se graças a sua origem.

Assim, uma exposição comemorativa é uma narrativa histórica e, portanto, um lugar de construção de memória. Dessa maneira, mais uma vez citando Le Goff:

> *A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual, e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]; mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder.*[2]

A memória que se pretendia construir e perpetuar quando das comemorações dos 150 anos de independência não era qualquer uma. A organização, escolha e disposição dos objetos trabalhados nas exposições muito têm a revelar sobre que produção do conhecimento histórico era pertinente à realidade política da época.

Os anos do regime militar inaugurado em 1964, principalmente entre o fim da década de 60 e início da de 70, foram um momento bastante turbulento na história. A linha dura assumira o poder, o general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969, deu início àquele que foi um dos períodos mais repressivos. A atmosfera política do país era bastante conturbada. Os grupos de esquerda eram impiedosamente esmagados

pelo governo. Enquanto economicamente íamos "bem", nos porões da ditadura havia repressão, tortura e morte a todos que representassem algum tipo de ameaça. Grande foi a censura à imprensa, assim como o cerceamento das liberdades individuais.

> *Os grupos armado urbanos que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou, em primeiro lugar da eficácia da repressão, que atingiu e abrangeu os ativistas da luta armada e seus simpatizantes, constituída esta última sobretudo por jovens profissionais. Outro fator foi o isolamento dos grupos de massa da população, cuja atração por suas ações foi mínima, para não dizer nula.*[3]

Ao mesmo tempo em que desapareciam grupos cada vez maiores, sobretudo de jovens civis de oposição, o governo atraia a simpatia dos setores médios urbanos com o crescimento econômico. Oficialmente tudo ia às mil maravilhas. O Brasil era o país que ninguém segurava e que só crescia.

Uma das principais características do governo que ascendeu ao poder em 1969 era a utilização maciça da propaganda para promover o regime. A vitória do Brasil na Copa de 70 foi um importante fato manipulado pela máquina propagandista. Paralelamente, vários investimentos foram feitos e se traduziam em obras de infra-estrutura que se viabilizavam graças ao maciço afluxo de capital estrangeiro. O todo-poderoso Delfim Neto era o grande articulador da economia, muitas vezes comparado pela imprensa censurada a um mago.

De acordo com Thomas E. Skidmore:

> *O Brasil tornava-se um teste para o capitalismo no mundo em desenvolvimento na década de 1970, e seus defensores o chamavam de um "milagre econômico". Na esquerda e na centro esquerda, os dados sobre desigualdades eram citados como prova de que o regime autoritário estava voltado para premiar os ricos [...]. Os defensores do governo, liderados por Delfim Neto, reconheciam as desigualdades, mas consideravam inevitáveis numa economia capitalista em rigoroso crescimento. [...] Eles argumentavam que o Brasil, uma vez vencida a estrada para o capitalismo, exibiria uma distribuição de renda mais igualitária.*[4]

Assim, se a economia brasileira se tornava grande e possibilitava o desenvolvimento do país, a independência precisava ser comemorada em

grande estilo, pois fora a partir dela que se tinha iniciado a caminhada para o "progresso", ou seja, para o milagre econômico que a cúpula militar e grande parte da população acreditavam estar então vivendo, até como um segundo momento de independência.

Dessa maneira se estabelece uma relação entre dois fatos históricos primordiais para a formação da nação brasileira. A independência política, adquirida em 1822, e a econômica que, progressivamente, vinha sendo construída graças às ações dos governos militares, sobretudo em investimentos feitos em infra-estrutura e em indústria. Criava-se forte ligação imaginária entre duas datas históricas que, embora distantes cronologicamente, passavam a se relacionar como extremos de um processo. O país, desenvolvendo-se, primeiro politicamente e depois economicamente, conquistava paulatinamente a independência.

Explica-se assim a importância que era atribuída pelo governo de então às comemorações do Sesquicentenário. As celebrações se constituíam em importante investimento propagandístico em benefício do Estado. Foi então criada uma comissão interministerial, presidida pelo general Antônio Jorge Corrêa, a Comissão Executiva Central das Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, encarregada de organizar diversos eventos relacionados às comemorações[5]. Entre esses estava a exposição "Memória da Independência 1808-1825". A nação deveria se apresentar como uma filha notável que jamais esquecera o seu nascimento.

Um dado que não pode deixar de ser ressaltado é a expansão das telecomunicações que, nesse período, teve lugar no país. A nova infra-estrutura de rádio e teledifusão seria importante aliada do governo na divulgação dos eventos planejados. A promoção do Brasil como potência caminhando para um futuro promissor visava a neutralizar quaisquer veleidades oposicionistas entre a classe média urbana que, bombardeada pelo excesso de propaganda em prol do governo[6], acabava por aspirar tornar-se partícipe do "Brasil-potência". As festas em torno das comemorações teriam, entre suas principais funções, a celebração do passado com a intenção de legitimação do regime e a abertura para o futuro através da projeção de expectativas. Através da celebração, mobilizavam-se os indivíduos, pois estes deveriam sentir-se peças fundamentais do processo que o país atravessava. O futuro dependia, como dizia uma peça publicitária da época, da "união de todos".

A festa em torno das comemorações então teria, entre as suas principais funções, a celebração do passado com a intenção de legitimação do regime, e a abertura para o futuro através da projeção de expectativas. Assim, a organização para o público pressupunha a demonstração de diversas atividades, visando, através da celebração, à mobilização dos indivíduos, pois estes deveriam sentir-se também peças fundamentais do processo e responsáveis pelo futuro que o país, se continuasse caminhando de tal maneira, teria.

Os eventos se tornaram espetáculos, com o planejamento e desenvolvimento amplamente cobertos pelos meios de comunicação. No caso da grande exposição de história, a imprensa diária fazia com que preparativos como seleção de acervo, restauração de peças e tratativas entre instituições virassem matéria de jornal[7]. A população, acompanhando o dia-a-dia da organização, era imbuída da importância que o governo atribuía à história e ao passado.

Segundo o organograma do serviço público da época, duas instituições do então Ministério da Educação e Cultura ficaram responsáveis pela organização da exposição: o Departamento de Assuntos Culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esses dois órgãos, responsáveis pela guarda da quase totalidade dos acervos monumentais e documentais do governo federal, coordenaram a participação de diversas instituições culturais públicas e privadas: Museu Imperial, Museu Nacional de Belas Artes, Arquivo Nacional, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, bem como outras coleções particulares.

O Museu Histórico Nacional, nesse momento uma autarquia subordinada ao DAC/MEC, não poderia deixar de participar da festa. Seu diretor, Gerardo Britto Raposo da Câmara, não mediu esforços para atender a todas as obrigações que a instituição deveria cumprir. Em 1972, em seu 23° volume, a publicação institucional *Anais do Museu Histórico Nacional* teve todos os seus artigos voltados para *o estudo do ambiente brasileiro das primeiras décadas do Século XIX, bem como de aspectos subjacentes ao processo de independência.*[8] Marcada por forte valorização do período histórico da independência nacional, essa edição da revista assumia a função de divulgar a História do Brasil, apresentando ao leitor a imagem do país que, em 1822, encontrava-se amadurecido para conquistar a autonomia política. Além

disso, cumpria outro objetivo: adensar, na memória das pessoas de 1972, a lembrança dos fatos da independência e o papel de seu líder, D. Pedro I.

O 23° volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional* foi escrito apenas por profissionais pertencentes aos quadros da instituição, o que era normal no período. Por isso, pode-se observar que alguns artigos estão voltados para a valorização do próprio Museu e de seu acervo. Parece ser o caso, por exemplo, do texto escrito por Herculano Gomes Mathias, chefe da Divisão de Documentação e Divulgação, intitulado "Documentos da Independência do Museu Histórico Nacional"[9].

O volume especial dos *Anais do Museu Histórico Nacional* demonstra a importância que a instituição atribuía às comemorações do Sesquicentenário. É claro que, de qualquer forma, o caráter da instituição – principal museu de história do país – fazia com que se tornasse fundamental sua participação nas celebrações. Isso fica flagrante nas diversas solicitações recebidas para montagem e apoio de outras exposições e eventos paralelos, sobretudo no mês de setembro, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Não faltaram pedidos à direção para que algumas peças do acervo pudessem figurar em cada um dos eventos. Por exemplo, um "concurso de vitrines" foi realizado no Rio de Janeiro, na segunda metade do ano, mobilizando as principais casas comerciais da cidade. Várias fizeram pedidos ao diretor para que fossem emprestados objetos. Ao atender tais pedidos com itens de menor importância (réplicas de bandeiras, espadas, medalhas, moedas), o museu, aparentemente, tentava estender seu alcance como agência de divulgação da história nacional, além de tentar auferir ganhos em termos de *marketing*[10]. Episódios como esse chamam a atenção para a importância atribuída à ação pedagógica do museu, como centro ou pólo de difusão cultural entre seus usuários: visitantes em geral, escolas da rede pública, pesquisadores e até mesmo a população da cidade. Nesse ponto, o esforço por estender a penetração da instituição ganha um aliado de peso: a imprensa.

A estreita relação entre a divulgação jornalística e o Museu Histórico Nacional naquele momento parece ter crescido. A exposição "Memória da Independência" era um assunto que chegava a ocupar páginas inteiras de jornais dos locais por onde itinerou, assim como as demais exposições, celebrações, desfiles cívicos e concursos que contaram com a participação ou colaboração da instituição, chegando mesmo o Museu Histórico a tor-

nar-se assunto para rádio e TV. A situação do país, que atravessava um momento de repressão política, e a censura aos meios de comunicação acabaram criando uma oportunidade que colocou não apenas o Museu Histórico, mas diversos outros órgãos de cultura, em posição privilegiada nas páginas da imprensa. Assuntos que normalmente ocupariam os cadernos principais, como o debate sobre a situação política, a guerrilha urbana, a economia, eram proibidos, o que atirava temas que geralmente figuravam nos cademos especializados para as páginas principais e mesmo para as manchetes. A "ilha de tranqüilidade" acabou tendo na festa da Independência uma de suas mais intensas agitações[11].

As escolas também não queriam ficar de fora dos festejos, e se esforçavam para compor com beleza e patriotismo os eventos que aconteceram durante todo o ano letivo, principalmente no mês de setembro. Paralelamente aos desfiles, eram executados trabalhos de pesquisa e outras atividades que tinham a história como tema. Algumas das escolas solicitaram o apoio do museu. Isso era feito por meio de um pedido feito com antecedência, como podemos notar no texto redigido por alunas da quinta série do colégio estadual Bibiano de Almeida, texto provavelmente elaborado pela professora:

> *Somos alunas da 5ª série do Colégio Estadual Bibiano de Almeida, localizado na cidade do Rio Grande, único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul [...]; gostaríamos de receber do famoso Museu Histórico fundado em 1762, opúsculos e cartazes para uma série de atividades que realizaremos. Nosso trabalho receberá o título 'No ano do sesquicentenário, o Museu Histórico Nacional'.*[12]

Assim, para observar os símbolos do "momento de riqueza de nossa pátria", as crianças, sobretudo das escolas públicas, municipais e estaduais, eram convidadas a participar, de maneira ativa, das comemorações. As datas escolhidas para a abertura ao público da "Memória da Independência" em todas as capitais pelas quais passaria a exposição coincidiam com o período letivo do calendário escolar, e algumas visitas, inclusive, já se encontravam marcadas com grande antecedência. A pedagogia cívica era um forte álibi para a difusão da identidade nacional.

No Rio de Janeiro, entretanto, devido a um atraso ocorrido na montagem, que teria lugar no Museu Nacional de Belas Artes, por motivos internos não esclarecidos na documentação da época, a inauguração foi

adiada. Inicialmente marcada para outubro, acabou tendo suas portas abertas ao público somente em meados do mês seguinte. Esse foi o motivo alegado para a extensão de sua duração, levada até abril do ano seguinte. Segundo o diretor geral do Departamento de Assuntos Culturais, Renato Soeiro: *To rnou-se necessário dilatar o prazo estabelecido inicialmente para que sobretudo as escolas da Guanabara pudessem realizar visitas guiadas durante o período escolar a tão importante documentário de nossa história*[13]

Analisando o catálogo, observamos que todos os objetos selecionados estavam relacionados às vivências públicas e particulares de D. Pedro I, esposa, filhos, e a seu pai D. João VI, o príncipe que, ao vir para o Brasil em 1808, o inseriu na rede de comércio mundial, possibilitando o início do processo que culminaria, em 1822, na separação definitiva em relação a metrópole.

D. Pedro II também não foi esquecido. Apesar de não ter participado diretamente de nenhum dos eventos de 1822, o futuro imperador talvez tenha sido convocado pelo fato de que seu reinado, durando quase cinqüenta anos, foi marcado, pelo menos na visão oficial, por certo grau de tranqüilidade. Também pode-se especular se o fato de o país ter então travado algumas de suas mais importantes campanhas militares, principalmente na região do Rio da Prata, não teria tido influência. Figuras de fundamental importância para o exército surgiram então, como Duque de Caxias, patrono das armas desde a época de Getúlio Vargas. Em meio a um regime militar, não é de se estranhar que as glórias militares fossem enaltecidas, até porque divulgavam a luta pela defesa da integridade do território nacional, principalmente em um momento no qual o país enfrentava a "agressão" de um inimigo externo talvez até mais "perigoso" que Manuel Oribe ou Solano Lopez: o "movimento comunismo intemacional".

É notável a intenção dos organizadores da exposição de afastar a idéia de que o Império havia sido um período "nocivo". A imagem que os primeiros republicanos tentaram apagar do período que se desenrolou entre 1822 e 1889 deveria ser resgatada e enaltecida. Isso pode ser observado nas palavras de Américo Jacobina Lacombe, primeiro vice-presidente e historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1972, contidas na introdução do catálogo:

> *Para essa exposição foram conjugados muitos esforços. Data das comemorações do primeiro centenário da Independência a criação do nosso Museu*

> *Histórico Nacional. Até então os restos milagrosamente escapos da fúria anti-histórica dos primeiros tempos da República andavam dispersos [...]. O diretor da Casa da Moeda fez raspar as quinas portuguesas das prensas vindas da era colonial, tal e qual os vândalos jacobinos do Palácio de Versalhes.*[14]

Nesse sentido, a idéia de regenerar alguns conceitos e símbolos característicos do Império e da monarquia brasileira objetivava inverter a tentativa de apagamento da memória que os republicanos fizeram em relação aquele período político. Tal como nas comemorações dos cem anos, 1822 seria relembrado, só que agora de maneira mais grandiosa. Ainda segundo Lacombe:

> *Esta nova exposição terá resultados bem diversos daquela que se iniciou em 1922. Mas ela é resultado do movimento que então se iniciou. É um fruto maduro da árvore então plantada. É uma prova de que nestes cinqüenta anos, que nós sexagenários vimos passar, houve um sério progresso. No próximo centenário teremos talvez comemorações mais grandiosas. Mas poucas representarão tão expressivamente o que esta Exposição nos está demonstrando: a realização de uma idéia desabrochada.*[15]

Era a partir de um caráter centralizador, unificador em torno da criação de uma consciência de grupo que fortaleceria nossa caminhada para o progresso, que os festejos, entre os quais a exposição tinha lugar destacado, estavam baseados. O sentido de identificação encontrava-se presente a todo momento à medida que se tentava resgatar fatos, feitos e personagens que, segundo o discurso veiculado pela exposição, eram comuns a todos os brasileiros. Isso levava a uma visão homogênea do Brasil e, é claro, dos brasileiros. Diferenças regionais e políticas eram esquecidas diante da afirmação da nacionalidade, então pensada como necessária para entrelaçar passado e presente, apresentando a evolução econômica e política do país desde 1822 como um caminho cujo ponto de chegada seria a inserção do Brasil entre as nações do mundo civilizado.

A nação deveria festejar o Sesquicentenário de sua independência como uma comemoração que não tinha como principal preocupação apenas lembrar o fato histórico, mas integrar os brasileiros em uma afirmação de patriotismo. Para tanto, o amor à Pátria e a participação nessa comunidade sempre seriam evocados. A História e seus fatos eram vistos como determinantes para o progresso e riqueza da nação; a lembrança dos fatos e grandes personagens garantia uma boa cidadania.

Ao público não caberia apenas o papel de acompanhar as exposições e seus preparativos passivamente. Peça fundamental na construção de uma nova nação, os visitantes eram convidados como sujeitos históricos, responsáveis pelo surgimento do Brasil melhor que, desde 1822, vinha sendo construído. Mas tal participação era restritiva, visto que o papel atribuído à população era determinado pelo regime militar que então dominava o Estado. Bons cidadãos eram também cidadãos ordeiros, empenhados em um projeto comum que, por outro lado, não lhes cabia criticar.

Podemos observar essa convocação em vários jornais da época, como, por exemplo, no *Zero Hora*, de Porto Alegre, por conta da exposição montada no Museu de Artes em abril de 72.

> *Em homenagem ao sesquicentenário da nossa independência, Portugal entregou ao Brasil os restos mortais de D. Pedro I, nosso imperador e defensor perpétuo. Vá vê-los. Todos nós temos um dever de gratidão e precisamos mostrar isso. Foi ele que permitiu que o Brasil fosse hoje uma nação forte e livre.—Você constrói o Brasil.*[16]

Na intenção de construção da memória, a comemoração chama o povo e faz com que este se sinta ativo na difusão e perpetuação da memória através da história, assim, a população acaba servindo como alvo para a popularização do passado, que a todo momento precisa ser reafirmado e rememorado.

A participação do então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, em desfiles, torneios e conferências que se realizavam por todo o país era mostrada como incentivo à participação dos demais cidadãos, servindo como elo de identificação entre governo e povo. Médici tentava passar uma imagem de "presidente bonachão", pouco afeito a cerimoniais e próximo dos gostos e anseios do povo. Era comum vê-lo, aos domingos, radinho de pilha em punho, no estádio do Maracanã. A celebração não explicitou apenas uma continuidade com o passado, mas também o trouxe para o cotidiano, ela foi também um momento privilegiado de utilização do espaço público como símbolo de expectativas.

Assim, a idéia de que, sob o comando benéfico do regime militar, o Brasil caminharia para o desenvolvimento, ou seja, para o futuro, sem esquecer o passado, era veiculada de forma hegemônica. O slogan "Brasil, Ame-o ou deixe-o", que começou a ser divulgado no início dos anos 70, deixava transparecer que a nação do discurso nacionalista-ufanista era um bloco que não admitia dissidências. A comemorações em torno dos 150

anos de independência parecia frisar ser a realidade do que havíamos nos tomado desde 1822 – um povo uno, buscando um destino manifesto. Consolidava-se a vocação do país para ser uma grande potência.

Entretanto, o impacto nos preços do petróleo que aconteceram logo em seguida, somando-se ao cada vez maior descontentamento da população em relação ao regime, serviram como estopim para a crise que já estava fadada a acontecer, fazendo com que o "milagre econômico" começasse a demonstrar sua fraqueza.

As comemorações dos 150 anos de Independência serviram para subjetivar nos brasileiros idéias que lhes permitissem reconhecer o potencial do país para seu progresso, suas propriedades, assim como para desenvolver e implantar um comportamento em sintonia com a tradição e com o futuro. A busca dos primórdios da independência justificava-se com a invocação de um tempo de referência histórica que atendia aos propósitos de nacionalidade naquele momento.

Em um processo de seleção dos registros da tradição e da história a partir da idéia de continuidade, ordem e desenvolvimento, a elaboração dos festejos para as comemorações do sesquicentenário em 1972, mesmo ano em que o Museu Histórico Nacional completava cinqüenta anos, tornou o evento um grande difusor dessa consciência nacional. O patriotismo do povo brasileiro, na década de 70, sinônimo da solidez moral iniciada politicamente em 1822, viria a ser o fim do desbravamento para a entrada do Brasil no cenário desenvolvido e civilizado internacional – ao menos é essa a imagem que se tentava transmitir.

Notas

1. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535.

2. Idem, p. 476.

3. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Ed. USP / Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 267

4. SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 254.

5. Sobre os demais eventos e cerimônias organizados com a participação do Museu Histórico Nacional, ver BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Permanente. Caixas AE/EX3, AE/EX5, AE/EX7.